



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- [!\[\]\(564903337f30b845a5f6979939a95fe6_img.jpg\) NO STF: ADI QUESTIONA LEI QUE DEU MAIS TEMPO PARA CIDADES DAREM FIM A LIXÕES – O Popular](#)
- [!\[\]\(6799d2cf9a6546bbe2fea4f3991acfa2_img.jpg\) HOMEM É CONDENADO POR ESTUPRO VIRTUAL – O Popular](#)
- [!\[\]\(de7c1d2bea2115f02a9062a37836c733_img.jpg\) REFORMAR PREVIDÊNCIA MILITAR É INSUFICIENTE, MAS CRUCIAL – Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(9a280f33c8437d678f52e9a3e3cb51f7_img.jpg\) O IMPASSE DO AJUSTE FISCAL ENVOLVE UMA BRIGA PELO FUTURO - Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(c0e8bdcd7d546e1e314fd026183ba127_img.jpg\) NÃO ACEITEM O AUTORITARISMO - Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(05248885c2b0c473b2ba23c2a4a871b7_img.jpg\) GOVERNO QUER PACOTE FISCAL COM 'SACRIFÍCIO COMPARTILHADO' E PODE TAXAR SUPER-RICOS - Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(bcf04e9ded69439db053d42fc8bc3811_img.jpg\) GOVERNO QUER DEBATER LEI DE GREVE PARA SERVIDORES, AFIRMA MINISTRA ESTHER DWECK - Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(6de99f90ee5fcbfccf2da29137007fac_img.jpg\) O EXTREMISMO PRECISA SER SUPERADO - Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(721cea7487ddbae03f7b4eb2884f4e5a_img.jpg\) A NOVA DIREITA NÃO ESTÁ DE PASSAGEM - Folha de São Paulo](#)
- [!\[\]\(cf33a957051787a4128bda92b4474b9f_img.jpg\) TERCEIRO NÃO DEVE SOFRER CONSEQUÊNCIAS DE DECISÃO SOBRE PARTE EXECUTADA – O Hoje](#)
- [!\[\]\(74858ff8ae626840c59c0dbd589f7a83_img.jpg\) ANÁLISE: FIM DA ESCALA 6 X 1 MOBILIZA REDES E PRESSIONA LULA – Correio Braziliense](#)
- [!\[\]\(6036d7ea7f72666129b417047ab0faec_img.jpg\) G20: CHANCE PARA O PROTAGONISMO – Correio Braziliense](#)
- [!\[\]\(d1fabafb7876925c1975ec63fc1f0c80_img.jpg\) COP29: LÍDERES MUNDIAIS DEBATEM O USO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS – Correio Braziliense](#)
- [!\[\]\(38dc130222b1f023129eb00d5f2b57c5_img.jpg\) STJ JULGA AUTORIZAÇÃO PARA CULTIVO DE CANNABIS MEDICINAL – Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(66b59a14ab171d055bcaec2fb584003b_img.jpg\) STJ VALIDA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO BILIONÁRIA CONTRA A NOVONOR - Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(88485b136b2a4adebbd901dd20248d4d_img.jpg\) ROBERTO CARLOS E ERASMO PERDEM DISPUTA POR CANÇÕES NO STJ - Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(3ddbccab14eccd7cf6b8a6332d9102ac_img.jpg\) VENDAS NO MERCADO JURÍDICO: UMA NOVA REALIDADE - Valor Econômico](#)
- [!\[\]\(26198c0b9eb56ea3a3a767c353667523_img.jpg\) DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 13.11.2024 – PÁG. 02

No STF: ADI questiona lei que deu mais tempo para cidades darem fim a lixões

Caio Henrique Salgado



A Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema) protocolou ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar trechos de lei complementar goiana que ampliou prazo para os municípios acabarem com lixões.

Um dos dispositivos que a ADI pretende derrubar amplia de agosto de 2024 para 30 de junho de 2025 o período de regularização de cidades com até 50 mil habitantes e que estejam a mais de 100 quilômetros de distância de aterros sanitários. Outro ponto questionado é a definição de 31 de dezembro do próximo ano como limite para o atendimento da lei federal de 2010, que instituiu a Política de Resíduos Sólidos.

A entidade argumenta que os textos geram "impactos ambientais poluidores imediatos e multiplicadores" e estão em desacordo com a legislação federal sobre o tema. Aliás, parte dos argumentos utilizados na ação foi retirada de manifestações anteriores da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Procuradoria Geral do Estado.

JORNAL – O POPULAR – 13.11.2024 – PÁG. 14

Homem é condenado por estupro virtual

Após ter trocado mensagens com teor sexual com criança de 11 anos moradora de Goiatuba, réu de 33 anos foi condenado a dez anos de prisão e ainda terá de pagar multa

Gabriella Braga

Um homem de 33 anos foi condenado por estupro de vulnerável virtual após ter trocado mensagens com teor sexual com uma criança de 11 anos, que reside em Goiatuba, a cerca de 175 quilômetros de Goiânia. Ele deve cumprir dez anos de reclusão, além do pagamento de multa. Na denúncia apresentada pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), o promotor Pedro Henrique Silva Barbosa explica que a mãe da criança descobriu o crime em março, após ver as mensagens recebidas pela vítima em uma rede social.



Identificado apenas como J.C.S, o homem teria induzido a criança a ativar o modo de mensagens temporárias no aplicativo. Assim, começou a encaminhar mensagens e, inclusive, fotos e vídeos com conteúdo sexual à vítima. A gravação enviada por modo temporário foi registrada pela mãe da criança antes que ficasse indisponível na rede social, e consta na denúncia feita pelo órgão. Além disso, o homem teria instigado a criança a enviar vídeos íntimos.

Conforme o MPGO, ele também armazenava fotos e vídeos pornográficos de várias adolescentes no próprio aparelho celular. Por conta disso, além do crime de estupro de vulnerável por meio eletrônico, ele foi condenado pelo crime de possuir e armazenar fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também, por assediar, instigar ou constranger criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar ato libidinoso. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Projeto

O primeiro caso de prisão por estupro virtual ocorreu em Teresina (PI) em 2017, quando um vigilante de 30 anos foi detido pelo crime cometido contra a ex-namorada. À época, a Polícia Civil do Piauí justificou que embora o crime não esteja previsto na lei com essa nomenclatura, o crime de estupro descrito no Código Penal já previa a pena para quem utilizasse a força ou praticasse qualquer tipo de ação de cunho sexual contra a vontade da vítima, sob ameaça ou uso de violência.

Hoje, a inclusão do crime de estupro virtual de vulnerável é debatida no Senado Federal, por meio de projeto de lei de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES). O objetivo é estabelecer que o estupro de vulnerável ocorre independentemente de ter ocorrido contato físico direto. A deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) também apresentou projeto de lei na Câmara dos Deputados para punir, com as mesmas penas aplicáveis ao estupro e estupro de vulnerável, o crime praticado por meio eletrônico.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. A4

Reformar Previdência militar é insuficiente, mas crucial

Gasto público com fardados inativos, de quase R\$ 50 bi em 2023, é exorbitante e socialmente iníquo; há muito onde cortar



O que não falta no Estado brasileiro são órgãos, atividades e programas nos quais é possível e desejável cortar gastos indevidos.

Temos o Poder Judiciário mais caro de que se tem notícia no mundo; parlamentares dispõem de fatia exorbitante do Orçamento para emendas de baixa qualidade; setores e corporações influentes recebem benesses estatais que agravam a vergonhosa concentração da renda.

Nesses e em muitos outros casos, o difícil não é identificar os

excessos, mas reunir condições políticas para enfrentá-los.

Noticia-se agora que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em meio a intermináveis debates internos sobre medidas para reduzir o astronômico déficit do Tesouro Nacional, cogita reformar o sistema previdenciário das Forças Armadas. A empreitada é árdua, mas qualquer avanço nessa seara será bem-vindo. Dadas as peculiaridades da carreira, é comum no mundo que militares disponham de regras especiais de aposentadoria. Aqui, porém, os privilégios injustificáveis para um país pacífico chegam ao ponto de prejudicar os investimentos em Defesa.

No ano passado, o contribuinte brasileiro desembolsou R\$ 49,7 bilhões com fardados reformados ou colocados na reserva —as contribuições da própria corporação para tal finalidade não passaram de R\$ 8,9 bilhões. Dito de outra maneira, cada militar inativo recebeu do conjunto da sociedade, em média, R\$ 158,8 mil. Trata-se do equivalente a quase 17 vezes o gasto médio por aposentado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atende a ampla maioria dos trabalhadores do país.

Sob Jair Bolsonaro (PL), capitão reformado do Exército, as Forças passaram quase ilesas pela reforma da Previdência de 2019. Alguns ajustes, como o aumento da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5%, foram compensados por vantagens salariais que incluem até uma absurda paridade entre ativos e inativos. Há muito a alterar, pois, nesse regime de pensões, não apenas por necessidade fiscal mas para tornar o gasto público mais justo.

Dadas as tensões políticas e institucionais em torno do tema, é improvável que o governo petista leve adiante uma proposta muito ambiciosa. Em qualquer hipótese, medidas pontuais serão insuficientes para tornar sustentável a trajetória das contas do Tesouro. Continuará sendo necessário rever normas que impõem o aumento contínuo de grandes despesas obrigatórias —em áreas sensíveis como benefícios sociais, saúde e educação— em ritmo igual ou superior ao das receitas.

Sem isso, não será matematicamente possível reequilibrar o Orçamento de modo a conter a escalada da dívida pública. Dada a resistência de Lula e auxiliares em reconhecerem tal fato, restam paliativos de eficácia duvidosa contra o risco de crise econômica e financeira. A administração petista estará, quando muito, comprando tempo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. A5

O impasse do ajuste fiscal envolve uma briga pelo futuro

PT vai recolher as armas depois que Lula carimbar o pacote, mas escolhas ainda dirão algo sobre os rumos do partido e do governo

Bruno Boghossian

O PT vai recolher as armas depois que Lula carimbar o pacote de corte de gastos do governo. Enquanto as ideias ainda estão na mesa do presidente, setores do partido trabalham para puxar





CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

5 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

o ajuste para a esquerda. Quando as propostas ganharem a assinatura do chefe, ninguém vai deixá-lo sozinho, nas palavras de dirigentes da legenda.

O impasse na elaboração das medidas, a oposição de ministros e a divisão interna no PT fazem parte de uma briga pelo futuro. Ninguém sabe ao certo qual será o tamanho do ajuste, mas seu processo político dá pistas do que poderão ser os dois anos finais do terceiro mandato de Lula, suas chances de reeleição e os caminhos que a esquerda vai tomar.

Uma parte considerável do PT classifica o pacote como uma traição. Na primeira metade do mandato, a volta de Lula ao poder esteve ancorada em medidas como a ampliação de benefícios sociais e a recuperação de uma política para o salário mínimo. As propostas de Fernando Haddad, mesmo que façam sentido do ponto de vista fiscal, mexem com esses dois pilares.

A discussão é um lembrete de alguns dilemas que Lula ainda enfrentará. Primeiro, terá que decidir se dobra a aposta na fórmula atual, ainda que seus impactos tenham se mostrado mais modestos do que em mandatos anteriores. A segunda dúvida é se o ajuste deixará espaço nos cofres para seguir esse caminho e, ainda, procurar novas marcas que ajudem o governo a chegar a 2026.

As queixas do PT deram impulso à ideia de buscar cortes também nas aposentadorias dos militares e nas emendas parlamentares, para reduzir o inevitável prejuízo eleitoral de qualquer revisão de despesas sociais. Tudo indica, no entanto, que o presidente se convenceu da necessidade de um ajuste pensando também em evitar um risco de inflação que pesaria ainda mais na próxima campanha.

As escolhas feitas nesse campo devem influenciar os rumos do lulismo, do PT e da esquerda. Mostrarão as armas que o partido pretende usar para se reconectar com suas bases e, de maneira mais específica, dirá se a legenda considera Haddad um obstáculo ou um personagem capaz de liderar um próximo ciclo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. A8

Não aceitem o autoritarismo

A democracia não está salva e os que atentaram contra ela continuam ecoando inverdades

Flávia Pellegrino / Arthur Mello

Os ventos de uma democracia forte sopram com direção e sentidos bem definidos: o respeito ao processo eleitoral e a responsabilização daqueles que tentaram abolir o Estado democrático de Direito. Recentemente, a Folha de S.Paulo tem servido de palco a um processo que vem acontecendo há algum tempo de normalização de lideranças autoritárias e de esquecimento das conspirações antidemocráticas e golpistas que vivemos nos últimos anos.

Nas tentativas de anistia, no cinismo político ou em artigos de opinião sem lastro com a realidade, a sociedade civil observa uma movimentação perigosa acontecendo em praça pública. Manifestantes pedem anistia aos presos do 8 de Janeiro em reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara - Pedro Ladeira - 10.set.24/Folhapress



sem memórias do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes.

Sem memória não há futuro. Parece que não foi há menos de dois anos que o Brasil viveu uma violenta e verdadeira tentativa de golpe de Estado. Tentam nos fazer esquecer das deploráveis cenas de terror a que assistimos em 8 de janeiro de 2023, além de ignorar os desdobramentos de uma investigação da Polícia Federal que tem revelado uma grande, engenhosa e atroz trama golpista envolvendo o alto escalão das Forças Armadas e do então Governo Federal. Mais do que isso, tentam nos distrair das últimas notícias que mostram que a articulação desse golpe também incluía o monitoramento da rotina e do armamento usado pelos

seguranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes.

Quem apenas hoje brada por defesa da democracia, após algumas vitórias de interesse pessoal, age por desfaçatez, não por imposição de sua honra. Poderíamos nos alongar e mencionar inúmeras mentiras e ataques ao sistema eleitoral proferidos sistematicamente ao longo de vários anos, mas apenas convidamos o leitor a pesquisar na internet as palavras "sem provas, presidente".

Ao redor de todo o mundo, líderes de perfil autocrático lançam mão de estratégias comuns a fim de levar a cabo seus projetos antidemocráticos de poder. Tanto aqui no Brasil como nos Estados Unidos ou na Venezuela, vimos figuras dessa sorte apostarem na descredibilização do sistema eleitoral, promoverem agressões e intimidação à imprensa, usarem o aparato estatal para perseguir opositores e implementarem inúmeras medidas de sufocamento da sociedade civil organizada. Não podemos esquecer: essa receita foi recentemente aplicada no Brasil e foi interrompida a muito custo, depois de o voto popular rechaçar tais arroubos autoritários nas urnas e de resistirmos a uma bárbara tentativa de ruptura democrática.

Por aqui, conseguimos, de forma célere e justa, julgar e condenar grande parte das pessoas que depredaram a praça dos Três Poderes e tentaram destruir a democracia. Pessoas que, imersas em um multiverso de desinformação e extremismo, embarcaram em uma sanha golpista e atentaram contra seus próprios direitos e sua própria liberdade. Entretanto ainda aguardamos o resultado das investigações sobre seus mentores intelectuais e financiadores —esses que se valem muitas vezes de lobby e espaço na imprensa para tentar amenizar suas imagens e protelar seus julgamentos.

Neste momento histórico, os diversos setores da sociedade têm uma tarefa também histórica: preservar a memória dos crimes contra a democracia, lutar pela responsabilização por esses atos e desenvolver e implementar mecanismos de prevenção a outra escalada autoritária. Essas vacinas contra o autoritarismo devem envolver uma ampla participação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, imprensa, entidades de classe e empresariado.

O Pacto pela Democracia vem ao longo de todo este ano desenvolvendo a Agenda Democracia Forte, com pilares de proteção ao Estado democrático de Direito. A construção dessa agenda é uma resposta supraeleitoral de uma sociedade que não quer repetir o passado. É urgente mantermos nossos olhos atentos às movimentações políticas que buscam não apenas normalizar a barbárie mas também promovê-la. A

democracia não está salva e seus algozes continuam ecoando suas ofensas e inverdades. Aceitar a democracia é tratar o autoritarismo como inaceitável.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. A14

Governo quer pacote fiscal com 'sacrifício compartilhado' e pode taxar super-ricos

Medida está na mesa de discussão do governo Lula como contrapartida a cortes que atinjam benefícios sociais

Catia Seabra / Adriana Fernandes

O pacote de corte de gastos para equilibrar as contas públicas, em discussão no governo Lula, pode incluir a tributação dos super-ricos. A medida entrou na mesa de discussão como contrapartida a cortes que atinjam benefícios sociais.

Colaboradores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) têm insistido para que, entre as medidas a serem anunciadas, também haja ações que alcancem o chamado "andar de cima" da pirâmide de renda no Brasil.



Segundo aliados do presidente, a intenção é que o sacrifício não recaia apenas sobre os menos favorecidos, mas que toda a sociedade contribua para o esforço fiscal. Nas palavras de um ministro, o sacrifício teria de ser compartilhado. Isso também atingiria os super-salários.

Um auxiliar do presidente disse à Folha que a tributação desse público é uma das medidas que têm deixado mais complexo o debate do pacote a ser anunciado pela equipe econômica. Questionado após uma reunião com o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, confirmou à reportagem que está em pauta a taxaço sobre quem ganha mais. "Ele [Haddad] disse que já está taxando, está aumentando o imposto de renda para quem ganha mais. Vai ter um projeto sobre isso", afirmou.

Como revelou a Folha, o Ministério da Fazenda estuda a criação de um imposto mínimo para pessoas físicas para garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil. O debate sobre o tema estava sendo feito de forma reservada na equipe do ministro Fernando Haddad como uma forma de bancar o aumento para R\$ 5.000 da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

Lula apoiou publicamente a medida, vista como populista pelo mercado financeiro. Em resposta à repercussão negativa, Haddad acenou que a proposta seria enviada ao Congresso somente no ano que vem. Não há consenso no governo sobre a inclusão, no pacote de corte de gastos, dessa tributação ou de outras medidas voltadas para os mais ricos, embora interlocutores apontem outros sinais dessa intenção.

Uma liderança partidária foi sondada sobre a viabilidade política de o Congresso Nacional insistir na aprovação da taxaço de lucro e dividendos —hoje isentos—, segundo pessoas ouvidas pela Folha. A volta dessa tributação é uma pauta do PT e foi promessa de campanha do presidente Lula. No governo Bolsonaro, projeto de reforma da renda, aprovado na Câmara, previu o retorno da cobrança dos lucros e dividendos, mas o texto não chegou a ser votado no Senado.

Na semana passada, o presidente Lula criticou, em entrevista para a Rede TV, a "gana especulativa do mercado" e questionou se os empresários estariam dispostos a abrir mão de subsídios que recebem. Lula questionou a contribuição do Congresso Nacional para equilibrar as contas federais. A fala foi considerada uma sinalização de que Lula tem a estratégia de juntar no pacote de corte de gastos medidas para cortar privilégios.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. A40

Governo quer debater lei de greve para servidores, afirma ministra Esther Dweck

Ideia é evitar que a população seja afetada por paralisações, segundo a titular de Gestão e Inovação, que participou de seminário da Folha

Luany Galdeano



Governo quer debater lei de greves no setor público para que paralisação de servidores não afete atividades essenciais, de acordo com Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos. A proposta parte de diálogo com servidores e sindicatos, que também acordaram com a pasta um anteprojeto, um esboço a ser construído, sobre negociação de salários para apresentar ao Congresso.

Desde o ano passado, uma série de profissionais, desde professores de universidades federais até servidores ambientais, deflagraram paralisações para pressionar o ministério a conceder reajustes. Mais recentemente, no fim de outubro, auditores fiscais da Receita pararam suas atividades por dois dias, na tentativa de convencer a pasta a dar início a uma mesa de negociação para aumentar salários. A imagem mostra um evento com uma plateia assistindo a uma apresentação. No fundo, há um grande telão exibindo o texto 'O Setor Público em Transformação'. Duas cadeiras estão posicionadas no palco, e a plateia é composta por diversas pessoas sentadas em cadeiras. O ambiente é bem iluminado, com luzes azuis e cortinas ao fundo

"O direito de greve também tem que ser regularizado para definir o que é atividade essencial e garantir que a população não seja afetada", afirmou. A ministra participou da abertura do seminário "O Setor Público em Transformação", realizado pela Folha e pelo Movimento Pessoas à Frente na última segunda-feira (11), na sede do jornal. O evento contou com duas mesas, que reuniram especialistas e agentes públicos para discutir desafios e avanços da gestão pública.



CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Até agora, a pasta fechou acordo para reajustar a remuneração de 98,2% das carreiras no serviço público. A ministra diz que, antes das negociações, não havia padronização de níveis para servidor progredir na carreira e receber maiores salários. Cerca de 30% das carreiras do setor público federal tinham 20 padrões remuneratórios. Agora, o número subiu para 80%, segundo Esther.

"Temos uma expectativa de que as pessoas vão ficar muito tempo no serviço público. É bom que elas tenham um processo gradual de chegada ao topo", disse. "Estamos também discutindo para que essa progressão não seja simplesmente por tempo, mas por critérios de desempenho." Agora, um dos desafios da pasta é combater a defasagem de profissionais, de acordo com Esther.

Ela disse que, hoje, mais 66 mil servidores podem se aposentar a qualquer momento. A cifra equivale a 11,4% do total de profissionais do setor público federal, segundo dados do painel estatístico de pessoal. A projeção é de que 180 mil pessoas se aposentem nos próximos dez anos. "A PEC 32 [de reforma administrativa] tem um foco grande na área de pessoal, com objetivo de reduzir o tamanho do estado", declarou a ministra. "O nosso foco não é esse, mas, sim, aumentar a efetividade e a capacidade de entrega."

O evento também teve fala de Jessika Moreira, diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente. A organização faz pesquisas e toca iniciativas para debater como melhorar a gestão pública. Em seu discurso, Jessika defendeu a ampliação da diversidade no setor, para que lideranças reflitam a pluralidade da população. Uma mulher com cabelo cacheado e óculos está falando ao microfone em um evento. Ela usa um blazer preto e gesticula com a mão direita enquanto se dirige ao público. Ao fundo, há um painel azul com o logo da Folha. A mesa à sua frente tem um nome ou título visível.

No governo federal, carreiras com maiores salários, como diplomatas e analistas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), têm menor presença de pessoas negras. Os dados são de levantamento divulgado em outubro pela República.org, instituto voltado a promover debate sobre políticas públicas. "Acreditamos que com lideranças diversas, bem preparadas e com condições necessárias, é possível garantir serviços e políticas públicas melhores para a população", disse Jessika. A diretora do Movimento também sinalizou avanços na gestão pública, como a aprovação da nova lei dos concursos, que permite etapas como simulação de tarefas relacionadas com o cargo. "A lei de modernização dos concursos requer ainda a atenção especial para implementação em âmbito nacional, junto às melhores práticas de atração e seleção de servidores mais vocacionados", diz.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. A43

O extremismo precisa ser superado

Vitória de Trump aumenta responsabilidade da liderança brasileira na defesa global dos direitos e bens públicos

Ilona Szabó de Carvalho

Uma semana após a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, a ameaça contra a democracia e o planeta que suas propostas representam já paira sobre Baku, no Azerbaijão, onde começou na segunda-

feira a COP29, a Conferência do Clima da ONU, e sobre o Rio de Janeiro, onde os chefes de Estado do G20 se encontram na próxima semana.

O impacto global da decisão —irrefutável— do povo americano, que elegeu Trump, torna também global a tarefa de redobrar o compromisso contra o fortalecimento de lideranças extremistas que negam a ciência, os direitos e os bens públicos.

O Brasil ganha, assim, responsabilidade ainda maior em sua ambição de liderar a defesa do multilateralismo eficaz, e mostrar o caminho para uma transição ecológica justa. A presidência do G20, que o país encerra no fim do mês, nos trouxe protagonismo na negociação do financiamento das nações mais pobres pelas mais ricas para o desenvolvimento econômico verde e inclusivo.



Um homem está falando em frente a bandeiras dos Estados Unidos e da União Europeia. Ele usa um terno escuro e uma gravata vermelha, com cabelo loiro. O fundo é composto por uma bandeira americana com listras vermelhas e brancas e uma bandeira da União Europeia com estrelas amarelas em um fundo azul. Esse é um dos temas que a agenda trumpista rejeita. Espera-se que uma das primeiras medidas do novo governo americano seja romper novamente com o Acordo de Paris, que indicou o limite de 1,5°C para o aumento do aquecimento global. O discurso de explorar até a última gota de petróleo ajudou a eleger Trump e seu negacionismo climático.

A COP16, a Conferência da Biodiversidade, realizada há pouco menos de um mês em Cali, na Colômbia, terminou com impasses no financiamento da proteção e conservação da biodiversidade. E, sem financiamento, não haverá implementação. A bem da verdade, o esvaziamento da COP em Baku, na qual essa arquitetura financeira também é o principal item da pauta, não fica na conta de Trump. A despeito de avanços sobre mecanismos do mercado de carbono global anunciado no primeiro dia da conferência, a ausência de importantes líderes globais pode resultar em um desfecho morno na conferência que precede a nossa COP de Belém, em 2025.

O governo brasileiro antecipou, na sexta passada, a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês), a meta para contribuir na redução do aquecimento global, cumprindo o acordo entre os países anfitriões deste triênio de COPs (Emirados Árabes, Azerbaijão e Brasil). Mas o estabelecimento de uma banda para a meta, como nos modelos inflacionários, a falta de informações sobre o desmatamento zero e a lacuna sobre a transição dos combustíveis fósseis deixaram à mostra embates internos que deixam vulnerável a posição brasileira em momento tão decisivo para o mundo.

E decisivo para nós. Já em janeiro o Brasil assume a presidência dos Brics, e em novembro sedia a COP30. Em 2026, temos o horizonte de uma eleição presidencial que não pode ser mais a representação do voto de protesto e de ressentimento, mas de escolha informada sobre o que há de melhor na defesa do interesse público. Por isso, nossa margem de erro tem de ser mínima. Para quem defende um mundo mais justo e sustentável, é tempo de sacudir a poeira e unir forças para dar a volta por cima.

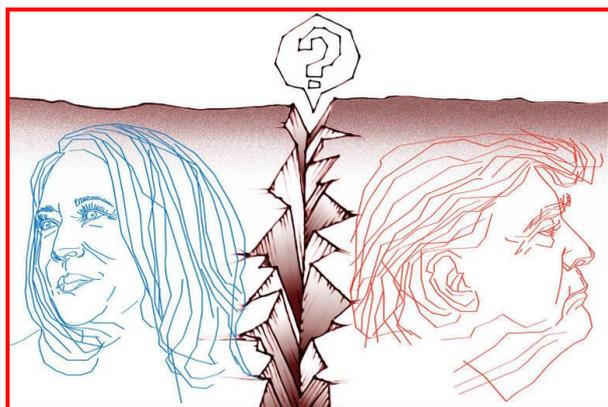
É hora de alinhamento interno e de alianças entre os países do Sul e Norte Global que defendem a democracia, direitos humanos, financiamento e entrega de bens públicos. O Brasil tem a oportunidade de exercer, de fato, uma liderança à altura do papel do país nesta era em que o negacionismo e o extremismo precisam ser superados.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 13.11.2024 – PÁG. B11

A nova direita não está de passagem

O eleitor da extrema direita está mesmo votando para liquidar a democracia?

Wilson Gomes



Na semana passada, caiu enfim a ficha sobre o verdadeiro significado de 2016, ano em que um maluco de cabelo laranja, desbocado, politicamente incorreto e radical de direita venceu a eleição presidencial na maior democracia das Américas. Esse evento foi crucial para que, dois anos depois, outro candidato igualmente esquisito, desbocado e direitista radical triunfasse na segunda maior democracia do continente. Foi um choque que, por anos, alimentou a convicção otimista de que, dado que esse fenômeno parecia incompatível com o nível de civilidade e cultura democrática progressista arduamente conquistado após

tantos desafios no século 20, só poderia ser uma exceção trágica —um desvario do qual os eleitores se recuperariam, assim que caíssem em si.

Na ilustração de Ariel Severino, os desenhos geométricos dom linhas retas de Kamala Harris (em azul) à esquerda e Donald Trump (em vermelho) à direita. Os dois olham para os lados opostos da página. Como fundo, uma terra desolada e no centro uma grande rachadura que divide em dois o plano. Saindo da rachadura um signo de interrogação. Agora, porém, surge a prova incontestável de que estávamos enganados. Em três eleições presidenciais consecutivas, os americanos votaram divididos, com metade dos eleitores escolhendo reiteradamente essa proposta política que nos causa perplexidade. Alguém duvida de que o mesmo padrão se repetirá no Brasil pela terceira vez, embora ainda não saibamos qual lado conseguirá os 3% a mais que definirão a vitória? Já havia cantado essa pedra diante da eleição de Milei, agora temos as certidões: a extrema direita veio para ficar.

Diante disso, vale examinar o que tanto nos incomoda na posição política que está se tornando hegemônica em nossos países. É fácil recorrermos à ideia de que a democracia está em risco quando o governo cai nas mãos de pessoas que parecem ignorar direitos e liberdades fundamentais para os progressistas —direitos humanos e civis, liberdades sexuais e artísticas, proteções para minorias e para o meio ambiente, além do valor da tolerância — enquanto priorizam outras liberdades e outros direitos.



CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Quando o poder é exercido por líderes que demonstram pouco ou nenhum escrúpulo republicano ao tentar passar por cima de instituições ou até mesmo dos resultados eleitorais, quando estes lhes parecem obstáculos aos próprios apetites. Certo, mas esse é apenas um aspecto a considerar. Aparentemente, a maioria dos eleitores não tem votado nesses candidatos para destruir a democracia, eliminar minorias, fechar o Congresso e o Judiciário ou violar direitos e liberdades.

Será que alguém realmente acredita que metade dos americanos e dos brasileiros é efetivamente fascista, embora em quase dez anos desse ciclo de poder não tenhamos um único movimento fascista nas ruas? Pensando friamente, dá para crer na teoria de que os eleitores dessa nova direita sejam irrecuperáveis para a democracia, um "cesto de deploráveis", republicaneamente imprestáveis? A questão é mais complexa: é verdade que há apoiadores de ditaduras nesse grupo, mas há também muitos que não veem a democracia ameaçada, não a consideram prioridade ou nem sequer entendem o que significa dizer que a democracia está à beira do abismo por causa do seu voto.

Na última pesquisa CNN antes da eleição americana, perguntou-se quais eram os temas que eleitores consideravam mais importantes e influiriam na sua decisão de voto. Os eleitores de Harris estavam preocupados com a democracia (80%) e o aborto (74%). Os eleitores de Trump estavam preocupados com imigração (90%), com a economia (80%) e com política externa (57%), enquanto apenas 18% mencionaram a democracia. Ora, se uma pessoa não considera a democracia o principal dos seus problemas e nem sequer acha que a democracia está ameaçada pelo sujeito em quem pretende votar, gritar "por favor, salvem a democracia" não terá o menor efeito. Tampouco se pode alegar que alguém tenha votado para liquidar com ela. Ah, mas Trump é um extremista, e o que dizer das pessoas que votam em radicais? Na mesma pesquisa, 98% dos eleitores de Trump consideravam Harris a verdadeira extremista, enquanto 97% dos democratas viam Trump da mesma forma. Ou seja, se gritarmos "fujam dos extremistas", o resultado será que ninguém ficará no recinto, nem mesmo os trumpistas.

O que podemos concluir? Primeiro, que o voto na nova direita não foi acidental, mas é uma tendência consolidada no eleitorado. O imperativo de "não normalizar" essas candidaturas soa ingênuo, diante do fato de que metade do eleitorado prefere essas opções a qualquer alternativa. Segundo, se deixarmos de focar os candidatos e olharmos para os eleitores, perceberemos que a maioria não acredita estar votando contra a democracia, mas na melhor proposta disponível para o assunto que lhe interessa. É nisso que precisamos prestar atenção.

JORNAL – O HOJE – 13.11.2024 – PÁG. 10

Manoel L. Bezerra Rocha

Terceiro não deve sofrer consequências de decisão sobre parte executada

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a possibilidade de um terceiro cumprir obrigação que cabe ao executado, prevista no artigo 817 do Código de Processo Civil (CPC), exige a sua anuência, pois não pode ser determinada pela Justiça. Para o relator do caso, ministro Gurgel de Faria, o tribunal paulista violou a norma do CPC. "O comando normativo em discussão não permite obrigar o terceiro a cumprir obrigação pela qual não é responsável, mas sim faculta essa opção", disse. A regra do

artigo 817, observou, estabelece que, "se a obrigação puder ser satisfeita por terceiro, é lícito ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado".

Na avaliação do ministro, nesse caso, deve haver tanto a anuência do exequente como também a do terceiro, uma vez que o texto legal usa a expressão "puder" (em vez do verbo "dever") e "autorizar" (em vez dos verbos "determinar" ou "requisitar"). Gurgel de Faria também verificou que o dispositivo legal não prevê sanção para o caso de o terceiro deixar de cumprir tal obrigação de fazer, o que, na sua análise, evidencia que a aquiescência é indispensável, pois, do contrário, seria uma norma jurídica sem imperatividade.



Herói da Pátria

Projeto que inscreve o nome do histórico piloto de caça brasileiro Alberto Martins Torres no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura (CE). O homenageado destacou-se ao comandar o avião PBY5 Arará e atacar submarino alemão durante a Segunda Guerra Mundial. O piloto Alberto Martins Torres nasceu nos Estados Unidos e viveu em diversos países devido à profissão diplomática de seu pai, estabelecendo-se no Brasil aos 15 anos

Segurança nas escolas

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado aprovou projeto que estabelece que a segurança das comunidades escolares será assegurada pelos estados, Distrito Federal e municípios, com o apoio técnico e financeiro da União. O texto altera a Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para dar prioridade aos estabelecimentos considerados inseguros ou localizados em áreas de risco. Essa avaliação será feita com base em monitoramentos e no histórico de eventos de violência nesses locais.

TST manda banco pagar indenização a gerente vítima de trauma por assalto

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho fixou em R\$ 300 mil a indenização a ser paga pelo Itaú Unibanco S.A. a um gerente que desenvolveu doença psiquiátrica grave após assaltos a agências próximas à sua e sequestros de colegas. Além de não receber treinamento para essas situações, o bancário era orientado, segundo testemunhas, a não fazer boletim de ocorrência.

CNJ divulga relatório preliminar sobre processos em análises nos tribunais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou relatório com levantamento preliminar dos processos que estão em análise pelos tribunais da justiça estadual e regionais federais do país durante o mês de novembro. O documento traz dados detalhados por tribunal e por tema para os 496.765 processos que estão em revisão, e foi elaborado com base em levantamento feitos pelo CNJ nos bancos de dados do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), além de



repostas de 30 dos 33 tribunais participantes. Os processos previstos no indulto de Natal concentram a maior parte dos casos, 65% do total, ou 324.750.

O levantamento desses processos foi feito inicialmente pelo SEEU, no entanto, alguns itens, como os relacionados às penas de multa, precisaram de informações adicionais dos tribunais. São Paulo lidera a lista de casos listados, com 78,7 mil, seguido de Santa Catarina (29 mil) e Minas Gerais (25 mil). Em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal

(STF) no Recurso Especial n. 635.659, que afastou a natureza penal da infração prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) sobre o porte de até 40 gramas ou 6 pés de planta de maconha, essa fase do Mutirão Processual Penal analisará exclusivamente o caso de pessoas privadas de liberdade que receberam falta grave ou que estejam respondendo a procedimento disciplinar por este motivo.

Tutela Coletiva da Execução Penal

O conselheiro Jaime Miranda, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), apresentou proposta de recomendação para a criação de promotorias especializadas no âmbito do Ministério Público, focadas na tutela coletiva da execução penal.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 13.11.2024 – PÁG. 03

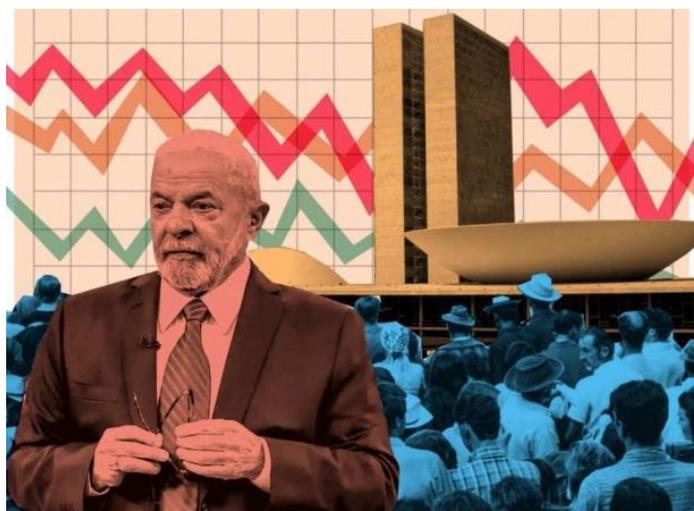
Análise: fim da escala 6 x 1 mobiliza redes e pressiona Lula

O governo está na berlinda, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou um partido e chegou à Presidência para defender os trabalhadores

Luiz Carlos Azedo

O vice-presidente Geraldo Alckmin pôs mais lenha na fogueira do debate sobre a redução da jornada de trabalho, que ganhou as redes sociais após a deputada federal Érika Hilton (PSol-SP) ter recolhido assinaturas para apresentar à Câmara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que reduz a jornada semanal de 44 horas para 36 horas.

"O fim do 6 x 1", como foi batizada a proposta de emenda constitucional, viralizou nas redes sociais e já pressiona o governo Lula. "Isso não foi ainda discutido, mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida em que a tecnologia avança, você





CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

pode fazer mais com menos pessoas, você ter uma jornada menor. Esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento a sua discussão", disse.

Ministro da Indústria e Comércio, Alckmin comentou o tema ao ser questionado durante entrevista no Azerbaijão, onde chefia a delegação brasileira da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP29. O projeto de Érika Hilton foi formulado pelo movimento social Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo vereador carioca Rick Azevedo (PSol), com objetivo de acabar com a jornada 6 x 1, em que o funcionário trabalha durante seis dias na semana e folga apenas um.

A petição pública criada pelo VAT e direcionada ao Congresso Nacional já coletou mais de 2 milhões de assinaturas. Há seis meses, a parlamentar tenta conseguir as 171 assinaturas exigidas para que a PEC seja protocolada e, finalmente, apresentada na Câmara dos Deputados. Na segunda-feira, tinha cerca de 70 deputados signatários, mas passou da marca de 130 nomes. Para ser protocolada, a PEC precisa de 171 assinaturas.

A gradativa redução da jornada de trabalho, uma conquista dos trabalhadores de todo o mundo, nasceu nos Estados Unidos. Em meados do século XIX, trabalhar mais de 70 horas por semana era comum. Eram jornadas de 12 horas, seis dias por semana. Em 1926, a Ford Motor Company, sob a liderança de Henry Ford, instituiu uma semana de trabalho de oito horas por dia e cinco dias por semana.

Foi o resultado de três fatores: as lutas sindicais, a necessidade de gerar mais empregos por causa da Grande Depressão e o surgimento do Taylor-fordismo, a linha de produção da grande indústria mecanizada. Pouco depois, em 1930, o barão dos cereais W.K. Kellogg decidiu instituir turnos de seis horas em vez de turnos de oito horas, com alguma redução nos salários dos trabalhadores.

A mudança permitiu que a Kellogg contratasse funcionários que haviam sido demitidos e outros desempregados. Em dois anos, os trabalhadores começaram a ganhar em seis horas o que ganhavam trabalhando oito. Atualmente, muitos países adotam jornadas mais curtas. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa a 29ª posição no ranking global de carga horária, com uma jornada padrão de 8 horas diárias e 44 horas semanais.

Alto risco

Entre os países com as menores jornadas de trabalho, estão a Alemanha, com uma carga média de 26,3 horas semanais; a Dinamarca, 27,3 horas; a Noruega, 27,5 horas; a França, 30 horas; e a Itália, com média de 35,6 horas semanais. Estudos mostram que jornadas reduzidas podem resultar em melhor saúde mental, maior qualidade de vida e maior eficiência no ambiente de trabalho. Entretanto, a maioria dos sindicatos e das associações patronais não aceita a mudança e já trabalha para matar a emenda antes de ser protocolada. De acordo com a legislação vigente, a jornada padrão é de 8 horas diárias, somando 44 horas semanais. Isso significa que, normalmente, o trabalhador tem direito a um dia de folga por semana, preferencialmente aos domingos. Se o trabalhador ultrapassar essa jornada, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante que ele receba adicional de 50% sobre a hora extra (e 100% em domingos e feriados, se aplicável).

O Ministério do Trabalho (MTE) defende que o fim da escala de trabalho 6 x 1 seja tratado em convenção e acordos coletivos entre empresas e empregados. A PEC de Érika Hilton, porém, tem o objetivo de mudar o

trecho da Constituição que limita a carga de trabalho a oito horas diárias e 44 horas semanais para incluir outras possibilidades de distribuição do expediente, como a escala 4 x 3, defendida pelo VAT. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece um dia como o período mínimo de descanso para o trabalhador.

Outra PEC para limitar a jornada de trabalho a 36 horas semanais e acabar com a escala 6 x 1 tramita na Câmara dos Deputados desde 2019. De autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a proposta aguarda novo relator na CCJ (Constituição de Comissão e Justiça e de Cidadania). Um relatório chegou a ser feito em 2023, mas não foi votado. Agora, a proposta poderá ser apensada à PEC de Érika Hilton, caso ela consiga assinaturas suficientes para avançar com a limitação da jornada de trabalho.

Diante da situação, o governo está na berlinda, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou um partido e chegou à Presidência para defender os trabalhadores. Apoiar a proposta é uma atitude de alto risco, ainda mais se for aprovada. Tanto pode consagrar Lula na história quanto provocar uma forte reação contra o governo de empresários e empreendedores.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 13.11.2024 – PÁG. 10

G20: chance para o protagonismo



Além de se fortalecer globalmente, o Brasil pode sair do encontro da semana que vem como uma verdadeira liderança do Sul Global

O Brasil sedia, na próxima semana, o encontro anual do G20. Entre 18 e 19 de novembro, as 20 principais economias do mundo, entre outras convidadas, vão discutir o futuro e o presente do planeta no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro. Como atual líder do grupo, a partir de uma presidência que alterna entre os membros todos os anos, o país conduzirá uma agenda que é uma oportunidade de ouro para se posicionar como protagonista entre as nações do chamado Sul

Global. A história do mundo como conhecemos é contada a partir da ótica de quem domina os meios de produção e, por consequência, a economia. Países colonizados, como o Brasil, dificilmente têm a oportunidade de se sentar à mesa ao lado de líderes mundiais dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido, da Alemanha e do Canadá, para citar alguns exemplos. Portanto, reuniões como a do G20 configuram uma chance para sustentar pontos de vista que favoreçam o Sul Global.

Nesse sentido, o Brasil conta com trunfos que vão além da momentânea presidência do G20. Historicamente, nosso país é visto a partir de uma diplomacia pragmática e objetiva, que evita conflitos para ter bom trânsito em todos os corredores. É a receita para poder se sentar à mesa com quem quer que seja. A história mostra isso: o último conflito com participação direta brasileira aconteceu há 150 anos, a Guerra do Paraguai. O momento geopolítico, no entanto, se mostra desafiador até para quem opta pelo pragmatismo. As guerras em

curso no território ucraniano e no Oriente Médio evidenciam riscos diplomáticos para todas as nações. Mas, onde há risco, há também a possibilidade de se mostrar influente. No ano passado, a cúpula do G20 deixou a Índia, onde o encontro ocorreu, com uma declaração final insossa, após muita discordância entre os países-membros. As divergências pousaram principalmente sobre os tratamentos antagônicos acerca dos dois conflitos citados.

Enquanto a parte mais rica do bloco — o chamado G7 — defendia a condenação da Rússia no texto, algo que o Kremlin, evidentemente, contestava, outra fatia cobrava o mesmo tratamento a Israel, diante dos constantes ataques aos palestinos na Cisjordânia. Ofensivas essas que, atualmente, se estenderam também ao Líbano e à Síria. Neste ano, a partir do histórico heterogêneo do Itamaraty, o Brasil tem a oportunidade de costurar uma declaração final do G20 assertiva, que problematize os dois conflitos, mas também outros assuntos de interesse da população mundial, como o desenvolvimento sustentável, o combate à desigualdade social e a efetiva participação de todas as nações nos avanços tecnológicos, a partir de uma maior inclusão digital no que tange à inteligência artificial.

Além de se fortalecer globalmente, o Brasil pode sair do encontro da semana que vem como uma verdadeira liderança do Sul Global. Como destaca o professor Dawisson Belém Lopes, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nosso país é um dos quatro que figuram no top 10 mundial em tamanho territorial, população e economia, ao lado dos Estados Unidos, da Índia e da China. A missão está nas mãos da equipe coordenada pelo embaixador Mauricio Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o sherpa — denominação importada dos povos e guias que habitam o Himalaia e ajudam alpinistas a chegarem ao topo do Everest — escolhido pelo presidente Lula para representar o Brasil na ocasião.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 13.11.2024 – PÁG. 12

COP29: Líderes mundiais debatem o uso de combustíveis fósseis

Anfitrião da COP29, o presidente do Azerbaijão chama combustíveis fósseis de "presente de Deus" no discurso de abertura da reunião de alto nível

Paloma Oliveto

No primeiro dia do segmento de alto nível da COP29 — quando chefes de Estado, ministros e outros líderes mundiais fazem seus discursos —, o anfitrião da conferência climática afirmou que combustíveis fósseis são um "presente de Deus". "O petróleo, o gás, o vento, o sol, o ouro, a prata, o cobre, todos (...) são recursos naturais e não se deve culpar os países por tê-los, nem por levar esses recursos ao mercado, porque o mercado precisa deles", disse o presidente Azerbaijão, Ilham Aliyev.

Os hidrocarbonetos são os principais responsáveis pelo aquecimento do planeta, e o objetivo maior do Acordo de Paris é limitar o aumento de temperatura até o fim





CLIPPING

DATA
13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
18 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

do século, o que exige um corte substancial desses recursos. Um relatório que será lançado hoje mostra que o mundo está na direção oposta: 2024 atingiu níveis recordes de emissão por combustíveis fósseis (leia mais abaixo). A participação de líderes continua hoje, quando discursarão o vice-presidente brasileiro, Geraldo Alckmin, e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Lima. No total, cerca de 75 representantes do alto escalão dos países que participam da cúpula climática são esperados em Baku. A COP29 é marcada pela ausência de governantes como Luiz Inácio Lula da Silva, Emmanuel Macron (França), Olaf Scholz (Alemanha) e Merenda Modi (Índia).

Fundo

No segundo dia da chamada "COP do financiamento", que definirá novas fontes de recursos para que países em desenvolvimento possam cumprir suas metas de redução dos gases de efeito estufa, foi lançado o fundo para perdas e danos, aprovado no ano passado. O objetivo é ajudar na reconstrução das nações que mais sofrem os impactos das mudanças climáticas, como inundações, furacões e outros fenômenos extremos.

Embora seja um progresso, o valor que os países ricos destinarão de imediato ao mecanismo — US\$ 722 milhões (R\$ 4,16 bilhões) — foi considerado ínfimo pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). "O valor não chega nem perto de reparar os danos infligidos aos vulneráveis e equivale aproximadamente à renda anual dos dez jogadores de futebol mais bem pagos do mundo", disse António Guterres. Para exemplificar, o líder da ONU afirmou que o montante não representa "nem um quarto dos danos causados no Vietnã pelo furacão Yagi, em setembro".

Estimativas sugerem que os países em desenvolvimento precisam de mais de US\$ 400 bilhões (R\$ 2,3 trilhões anuais) para se reconstruírem depois de desastres climáticos. Há três décadas representantes das nações vulneráveis lutam pela criação do fundo de perdas e danos. Segundo a discursar, António Guterres insistiu que os líderes devem tomar medidas imediatas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e "derrubar os muros ao financiamento climático em resposta à 'aula magna de destruição climática' que o mundo testemunhou em 2024". O secretário-geral da ONU também afirmou que os países em desenvolvimento não podem sair de Bakur "com as mãos abanando".

"Essa é uma história de injustiça evitável: os ricos causam o problema, os pobres pagam o preço mais alto", afirmou Guterres, citando um estudo da organização da sociedade civil Oxfam, segundo o qual multimilionários emitem mais carbono em uma hora e meia do que uma pessoa média faz durante toda a vida. "Paguem ou a humanidade toda pagará."

Emissões

Hoje, enquanto mais líderes discursam no segmento de Alto Nível da COP29, o Projeto Carbono Global (GPC), formado por mais de 80 instituições mundiais, anuncia que as emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis atingiram um nível recorde em 2024. A projeção é de que 37,4 bilhões de CO2 foram parar na atmosfera, provenientes da queima de gás, petróleo e carvão, um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior.

O levantamento destaca que, globalmente, houve aumento das emissões por carvão (0,2%), petróleo (0,9%) e gás (2,4%). Essas fontes contribuem com 41%, 32% e 21% do CO2 fóssil, respectivamente. A China,

responsável por 32% da queima de hidrocarbonetos em 2024, registrou um crescimento de 0,2%. O país com maior evolução na poluição por combustível fóssil é a Índia (8% do total global), com um incremento de 4,6%.

Porém, as emissões de CO2 fóssil diminuíram em 22 países, que representaram 23% do lançamento de gases de efeito estufa por essas fontes entre 2014 e 2023. Neste grupo, estão incluídos os Estados Unidos (13% do total global), que teve queda de 0,6%. Os dados do Brasil são de 2023 e mostram um ligeiro aumento em relação ao ano anterior, com 486,5 milhões de toneladas métricas.

Coletivo

"Há muitos sinais de progresso positivo ao nível nacional e um sentimento de que um pico no consumo global de combustíveis fósseis é iminente, embora ainda indefinido", comenta Glen Peteres, do Centro Cícero para Pesquisa Climática Internacional em Oslo, na Noruega e um dos autores do estudo. "A ação climática é um problema coletivo. O progresso em todos os países precisa de ser acelerado o suficiente para colocar as emissões globais em uma trajetória descendente." O estudo também traz projeções das emissões por mudanças no uso da terra, como desmatamento. O aumento estimado é de 1,6 bilhões de toneladas (41,6 bilhões de toneladas em 2024, contra 40,6 bilhões de toneladas em 2023). Os incêndios que devastaram a flora brasileira entre janeiro e setembro lançaram entre 0,8 e 1,2 gigatoneladas de CO2. Ao lado de Indonésia e República Democrática do Congo, o país é responsável por 60% dos lançamentos de CO2 por essa fonte de emissões.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 13.11.2024 – PÁG. E1

STJ julga autorização para cultivo de cannabis medicinal

Questão está na pauta de hoje da 1ª Seção e poderá destravar o mercado nacional

Murillo Camarotto



Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), aguardada para hoje, poderá destravar o mercado nacional de cannabis para fins medicinais. A expectativa é de que a 1ª Seção simplifique significativamente o trâmite para o cultivo de sementes com baixo teor de Tetrahydrocannabinol (THC) e alta concentração de Canabidiol (CBD), visando à produção de medicamentos e outros subprodutos para usos exclusivamente medicinais.

Atualmente, os fabricantes brasileiros de medicamentos à base de cannabis são obrigados a importar a matéria-prima. Nesse cenário, uma decisão favorável do STJ - que trata do pedido



CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

específico de uma empresa -, ampliará as possibilidades para que as aquisições sejam feitas no mercado interno, com redução de custos e de burocracia, explica o advogado Rodrigo Mesquita, que representa o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no processo. “Vai haver uma pacificação judicial do tema. Por exemplo: se houver essa mesma discussão em outros processos em tramitação, já haverá uma referência que deverá ser seguida por todos os juízes de instâncias que ficam abaixo do STJ”, diz o especialista.

O Incidente de Assunção de Competência (IAC 16), nome técnico do recurso que será julgado, é normalmente usado pelos tribunais brasileiros para uniformizar a interpretação de uma questão relevante, com repercussão para a sociedade e com efeito em processos futuros. A finalidade é gerar uma decisão vinculante, que deve ser seguida por instâncias inferiores ao julgar casos com a mesma questão jurídica. O plantio da cannabis para fins medicinais vive uma espécie de limbo jurídico no Brasil. Apesar de estar prevista na Lei Antidrogas (11.343/06), a atividade ainda não foi regulamentada, o que impede o cultivo da planta em território nacional. A regulamentação emperrou em uma controvérsia entre o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre as atribuições de cada um.

“A Anvisa não regulamenta plantio. O tema foi discutido e votado em 2019 e, naquela ocasião, a agência decidiu que a regulamentação dependia de norma superior para sua realização”, informou a autarquia, em nota. Já o Ministério da Saúde explicou que mantém interlocução com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), ligada ao Ministério da Justiça, “para assegurar a implementação adequada dos processos regulatórios”. Mesquita diz que é justamente a combinação entre a previsão legal e a omissão regulatória que tem garantido aos pacientes, na Justiça, o direito de adquirir os medicamentos. Para as famílias que não têm condições de arcar com os custos dos produtos, o Sistema Único de Saúde gastou US\$ 33,4 milhões com importações entre 2015 e 2023, segundo dados do Ministério da Saúde constantes em um parecer do Ministério Público Federal (MPF).

Relatório mais recente da consultoria Kaya Mind estima que cerca de 430 mil brasileiros fizeram uso de medicamentos à base de cannabis no ano passado. O mesmo levantamento aponta que 516 empresas atuam no mercado brasileiro por meio de importação de matéria-prima. O processo teve parecer favorável do MPF. “Entende-se, nesse contexto, especialmente para fins terapêuticos, que o plantio controlado de âmbito nacional contribuirá para a redução de custos dos produtos derivados da cannabis sativa”, diz o documento, assinado pelo subprocurador-geral Aurélio Virgílio Veiga Rios. “Especialmente sob a perspectiva do direito à saúde, o plantio de variedades com fins medicinais é medida de interesse público, que importará em real impacto na vida de pessoas cuja terapia convencional não responde a contento”, completa.

O processo de regulamentação está sendo discutido atualmente em um grupo de trabalho do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, composto por representantes de vários ministérios, sob a coordenação do Ministério da Justiça. O relatório do grupo já foi concluído e deverá ser apresentado ao ministro e, em seguida, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que pode endossar ou não o texto.

STJ valida ação de indenização bilionária contra a Novonor

Julgamento, unânime, foi concluído nesta tarde pelos ministros da 3ª Turma

Marcela Villar

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou válido um pedido de indenização bilionário contra a Novonor, antiga Odebrecht, em favor de uma de suas controladas, a Braskem. Os ministros não analisaram o mérito, apenas quando começa a contar o prazo prescricional para ajuizar o processo – movido em 2018 por acionistas minoritários da petroquímica. Por unanimidade, decidiram hoje que o pedido não está prescrito. Eles tomaram como marco inicial para a contagem do prazo de prescrição a assinatura do acordo de leniência pelas empresas, em dezembro de 2016, nos Estados Unidos. É a primeira vez que a Corte se debruça sobre o tema.



No mérito, a Novonor já foi condenada, em maio deste ano, a pagar R\$ 8 bilhões, em valores atualizados, à Braskem conforme sentença do juiz Eduardo Palma Pellegrinelli, da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem de São Paulo. Ainda há um recurso a ser analisado no Tribunal de Justiça do Estado (TJSP), assim como outros incidentes, como a legitimidade de Aurélio Valporto, um dos minoritários, para ter movido a ação e cedido direitos a um fundo de investimento que financia o litígio. A prescrição já tinha sido afastada tanto por sentença quanto pelo TJSP. No STJ, o desfecho também foi desfavorável. Todos os ministros votaram contra a tese defendida pela Novonor, de que se aplicaria ao caso o artigo 287 da Lei nº 6.404/1976, conhecida como Lei das S/A.

O dispositivo prevê que o ajuizamento da ação de reparação deve ser em três anos, contados “da publicação da ata da assembleia-geral que tiver tomado conhecimento da violação”, o que tornaria a ação prescrita (REsp 2066846 e REsp 2079626). A relatora do caso no STJ, a ministra Nancy Andrighi, afastou, porém, esse argumento. Ela votou em junho em favor dos minoritários, aplicando a chamada teoria subjetiva da actio nata, prevista no Código Civil. A interpretação dela é de que a contagem começa quando há a ciência dos fatos pela pessoa que foi lesada. Na sessão de hoje ratificou seu voto, citando jurisprudência do STJ. “Continuo defendendo meu voto que os atos imputados às recorrentes envolvendo o escândalo apurado pela Operação Lava-Jato não tinham como ser percebidos a olho nu pela mera análise do conteúdo dos balanços contábeis apresentados pela companhia, uma vez que é inerente aos atos de corrupção, como se sabe, tentar não deixar rastro”, disse Nancy, na sessão de hoje.

A análise do processo foi retomada durante a manhã, após pedido de vista do ministro Humberto Martins. Ele acompanhou a relatora, divergindo apenas da fundamentação. Para ele, a prescrição de três anos prevista na Lei das S/A é interrompida e se reinicia com a assinatura do acordo de leniência. Martins, que teve o voto vencedor e lavrará o acórdão, afirmou que uma das possibilidades de interrupção da prescrição está no



CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

artigo 288 da lei, mas deve se considerar também as regras gerais de prescrição dos artigos 202 e 204 do Código Civil. “A prescrição é interrompida na data que se toma conhecimento de um acordo de leniência na qual se veicula fato que pode configurar abuso de poder pelo sócio controlador”, disse o ministro, na sessão.

Martins ainda admitiu que votaria contra a relatora, até ler o voto do ministro Villas Bôas Cueva, que foi no mesmo sentido, apenas com uma diferença argumentativa. Para Cueva, se fosse aplicada a teoria da actio nata em seu viés subjetivo, cada acionista poderia ter ciência do ilícito em uma data diferente, “o que geraria um contexto de imprescritibilidade dessas ações de impugnações de atos societários ou deles originados o que inviabilizaria o tráfego negocial”. Acompanharam integralmente Humberto Martins os ministros Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro.

A ação principal foi judicializada em setembro de 2018, por Aurélio Valporto, presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), substituto processual da Braskem. Ele pede reparação de R\$ 8 bilhões por ter sido lesado pelo pagamento da multa no acordo de leniência firmado pela Braskem e Novonor. Na visão dele, a prescrição deve começar a contar a partir da assinatura do acordo, pois é o momento em que as empresas confessaram os crimes de corrupção revelados pela Lava-Jato e não teria como ele ter ciência dos ilícitos antes. O fundo Geração L. Par Fundo de Investimento em Ações, que ingressou depois no caso, tem o mesmo pedido.

Enquanto a petroquímica receberia de sua controlada, a Novonor, o valor principal, os minoritários teriam direito a 5% do prêmio sobre o valor da causa (o equivalente a R\$ 400 milhões), e seus advogados receberiam honorários de 20%, o equivalente a R\$ 1,6 bilhão. Os percentuais estão previstos no artigo 246 da Lei das S/A. Rafael Pimenta, sócio do Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados, que representa Valporto, diz que a decisão do STJ “representa um marco importantíssimo para o mercado de capitais brasileiro”. “Uma demonstração, como poucas, de que os investidores podem e devem seguir confiando nas instituições brasileiras”, afirma. Para Charles Taufik, coordenador da área societária do RMMG Advogados, a linha de voto adotada pela ministra Nancy seria mais abrangente e daria mais direitos aos minoritários. Já a de Cueva e Martins fica mais restrita ao caso. “O efeito prático é o mesmo, mas a repercussão no mundo jurídico é diferente”, diz.

Para Ruy de Mello Junqueira Neto, sócio do FMJ Advogados, escritório focado em contencioso societário, o julgamento deve ser tomado como parâmetro em outros casos, mesmo aqueles em que não tiverem como marco acordos de leniência. “É uma decisão importante do ponto de vista do direito dos minoritários, que agora vão ter efetivamente seu direito discutido, avaliado e debatido. É importante para o amadurecimento da tutela dos acionistas.” Procurada pelo Valor, a Braskem não quis se posicionar. A Novonor informou que “aguardará a disponibilização dos votos para se manifestar”.

Roberto Carlos e Erasmo perdem disputa por canções no STJ

3ª Turma entendeu que contratos firmados com a Fermata do Brasil são de cessão de direitos

Luiza Calegari

Roberto Carlos e Erasmo perderam, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma disputa envolvendo suas canções. Por unanimidade, a 3ª Turma decidiu que contratos firmados entre 1964 e 1987 autorizam a editora



musical Fermata do Brasil a distribuir as composições da dupla por streaming. Os ministros entenderam que se tratam de contratos de cessão de direitos, e não meramente de edição. E que os acordos não estão abrangidos pela Lei de Direitos Autorais de 1998.

Os ministros acompanharam o voto da relatora, Nancy Andrighi, que manteve as decisões de primeira e segunda instâncias constatando a validade dos contratos, que abrangiam 73 obras. Os contratos assinados foram batizados como de “cessão” e outros como de “edição”, mas Erasmo, agora representado por seu espólio, e Roberto Carlos alegaram que, independentemente da nomenclatura usada, a previsão acordada foi efetivamente de edição.

O argumento foi rechaçado em primeira instância, em 2020, pela 2ª Vara Cível de São Paulo. Em segunda instância, pela 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). E, agora, novamente, pela 3ª Turma do STJ. Segundo Nancy Andrighi, os contratos de edição têm como principal característica sua duração limitada, seja quanto ao tempo de vigência, seja quanto ao número de edições que são objeto do acordo. Esse, acrescentou, não foi o caso dos autos. “Considerando a vontade declarada pelos recorrentes quando da celebração dos contratos de transferir, total e definitivamente, os direitos patrimoniais do autor sobre suas obras artísticas, é de se concluir que as avenças caracterizam-se como contratos de cessão”, disse.

Desde a primeira instância, os músicos também tentavam argumentar que os contratos foram firmados visando a reprodução em meios analógicos, e não poderiam estar vigentes para a distribuição por plataformas de streaming. No entanto, a sentença mantida pelas instâncias superiores entendeu que as transformações tecnológicas estavam abrangidas pela previsão de cessão para “a reprodução gráfica ou fonomecânica de qualquer espécie ou por qualquer processo”, nos termos do contrato, e ainda “a transformação para qualquer outra forma de exploração e divulgação”.

A Lei de Direitos Autorais (nº 9.610, de 1998) previu, em seu artigo 49, inciso V, que a cessão não poderia abranger modalidades de utilização que ainda não existissem na época do contrato. No entanto, na época em que os músicos e a Fermata negociaram suas cláusulas, a norma ainda não existia. Portanto, essa proteção não se aplica, já que os efeitos da lei não podem retroagir, completou a ministra Nancy Andrighi. Luciano Andrade Pinheiro, sócio do escritório Corrêa da Veiga Advogados, destaca que essa e outras regras específicas da Lei de Direitos Autorais, que garantem uma relação justa, não existiam na época em que esses contratos foram firmados, “e as editoras incluíam cláusulas de moralidade duvidosa, mas que não eram propriamente ilegais”. O STJ, acrescenta, decidiu com base nas regras vigentes à época, o que, segundo o advogado, “é o correto”.

Segundo o advogado Fábio Pimentel, sócio do CPPB Law, a decisão tem potencial para virar um precedente importante. “A lógica jurídica dessa decisão, de que a proteção da lei de 1998 não se aplica a contratos firmados antes de sua vigência, pode ser replicada em qualquer outra obra autoral.” Procurada pelo Valor, a defesa de Roberto Carlos e do espólio de Erasmo, afirmou que vai “aguardar a publicação do acórdão para

analisar todos os efeitos antes de alguma manifestação sobre o caso”. A defesa da Fermata não retornou o contato.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 13.11.2024 – PÁG. E2

Vendas no mercado jurídico: uma nova realidade

Advogados têm agora a oportunidade de se destacar em um mercado cada vez mais competitivo, desde que estejam dispostos a se adaptar, testar, aprender e inovar

Bruno Strunz

Imagine a seguinte situação: início dos anos 2000, você entra em uma concessionária de carros, com pouco conhecimento sobre preços, condições do mercado e opções disponíveis. O vendedor, por outro lado, detém um volume muito maior de informação. Essa era a realidade de um passado não tão distante, no qual a assimetria de informação entre vendedores e compradores era uma característica marcante nessa relação.



O cenário atual, entretanto, mudou drasticamente.

Hoje, com a revolução digital e o acesso quase ilimitado à informação, estamos diante de um cliente cada vez mais empoderado, bem-informado e com diversas opções de alta qualidade à sua disposição, tanto no mercado B2C (business to consumer) quanto B2B (business to business). Esse novo contexto transformou a dinâmica de compra e venda, forçando uma reinvenção no papel dos vendedores, que agora precisam ir muito além do mero ato de vender produtos e soluções: devem agregar valor real aos negócios dos seus clientes.

De acordo com uma pesquisa divulgada pela consultoria Gartner, estima-se que até 2025, 80% das interações de vendas B2B entre fornecedores e compradores ocorrerão em canais digitais. Isso reforça a importância de uma abordagem consultiva e a necessidade de um entendimento profundo sobre todas as etapas da jornada de compra do cliente. E como se isso não bastasse, estamos no meio de uma outra revolução: a da inteligência artificial (IA). Ferramentas de IA estão permitindo que os clientes atuem de forma mais autônoma e ágil, redefinindo a jornada de compra e reduzindo a dependência perante seus fornecedores.

Essa nova realidade não impacta apenas vendedores tradicionais, mas também atinge profissões que historicamente tinham aversão à ideia de “vender”, como os profissionais liberais. Nessa linha, muitos advogados mantiveram ao longo dos anos uma postura de sacerdócio, acreditando que o bom trabalho técnico seria suficiente para garantir o sucesso de suas carreiras. No entanto, a comoditização dos serviços jurídicos está evidenciando uma dura realidade: advogados também precisam vender! Ciente dessa necessidade, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alterou as regras de publicidade na advocacia, adaptando-se parcialmente a esse novo cenário de mercado, conforme exemplificado pelo Provimento nº



CLIPPING

DATA

13.11.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

205/2021, que, dentre outras mudanças, permitiu uma presença maior de advogados e escritórios nas redes sociais, inclusive por meio do impulsionamento de conteúdo, desde que observadas as normas éticas da profissão.

Embora essas alterações devam ser celebradas e representem um avanço, elas ainda não são suficientes para solucionar os principais desafios comerciais do mercado. Com cerca de 1.400.000 de advogados em atividade, o Brasil se destaca como um dos países com a maior densidade de advogados por habitante no mundo, com aproximadamente 1 advogado a cada 145 habitantes (comparativamente, a Índia possui 1 advogado a cada 700 habitantes). Esse crescimento é ainda intensificado pela proliferação de mais de 1.900 cursos de graduação no país, um número que supera a quantidade de cursos de Direito oferecidos no resto do mundo, criando uma pressão ainda maior sobre os advogados.

Esse cenário de saturação e intensa competitividade impõe desafios significativos para os escritórios de advocacia. A transformação digital e a crescente pressão por inovação forçam os profissionais do Direito a adotarem novas estratégias, não apenas na área técnica, mas também na gestão de seus negócios. A automatização, o uso de IA e a necessidade de um entendimento mais profundo sobre vendas consultivas são agora essenciais para quem deseja se destacar nesse ambiente cada vez mais exigente. O grande desafio, porém, é que muitos desses profissionais não sabem nem por onde começar. Para aqueles que passaram anos aprimorando suas habilidades técnicas, o universo das vendas ainda é um território desconhecido.

Isso significa não apenas aprender o estado da arte das técnicas e metodologias relacionadas a gestão e vendas consultivas, mas também estar disposto a se apropriar de dados e tecnologia para melhorar o entendimento dos seus clientes e mercados-alvo. Ferramentas de automação, análises preditivas e a utilização de plataformas de gestão de relacionamento com clientes (CRM) não são meros acessórios, mas sim recursos fundamentais para aqueles que desejam sobreviver e prosperar nesse novo cenário. A capacidade de utilizar dados para prever tendências, identificar oportunidades e personalizar abordagens comerciais pode ser o diferencial entre aqueles que continuam a crescer e aqueles que ficam para trás. A era da intuição pura nas vendas está sendo substituída pela era do data-driven, onde cada decisão é respaldada por dados concretos e análises detalhadas.

Assim, mais do que nunca, o sucesso no mercado jurídico moderno exige uma combinação de visão empreendedora, domínio técnico e uma integração inteligente entre pessoas, cultura e tecnologia. Estamos apenas no início dessa transformação, mas uma coisa é certa: a era da venda passiva e meramente transacional ficou para trás. Advogados têm agora a oportunidade de se destacar em um mercado cada vez mais competitivo, desde que estejam dispostos a se adaptar, testar, aprender e inovar. E vale lembrar que abraçar um novo modelo de negócios não significa negar o que deu certo até agora, mas reconhecer que ele não será mais suficiente daqui para frente.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 13 de novembro – Dia Mundial da Gentileza

Nesta quarta-feira (13), é comemorado o Dia Mundial da Gentileza. A data surgiu depois de uma conferência que aconteceu em Tóquio no ano de 1996. A ideia foi criada oficialmente em 2000 e traz como objetivo, inspirar as pessoas a serem mais gentis e assim criar um mundo melhor.

Atitudes simples como um abraço e um sorriso causam um impacto enorme na vida das pessoas. A qualidade de vida também está relacionada com a gentileza, afinal tanto quem recebe a gentileza, quanto quem a realiza, se sente mais feliz.

Os relacionamentos são mais saudáveis quando a gentileza é praticada. Além disso, quando um ambiente comporta pessoas que realizam ações gentis entre elas, este local tende a ser mais harmônico e produtivo. Que tal fazer um exercício diário de gentileza e analisar como você vai se sentir no final do dia? Realize ações simples ao decorrer deste dia mundial da gentileza e veja como essas ações vão refletir em sua vida.

Ah, e não fique acanhado ou acanhada ao receber um gesto de gentileza!

A imagem que ilustra esse post é a do famoso Profeta Gentileza, um homem simples, que saía pelas ruas do Rio de Janeiro deixando mensagens positivas nos muros. Certamente, uma delas alegrou ou mudou a vida de alguém. Quer exemplo maior de como é simples ser gentil?

